

## **Atualização Regulatória de Proteção de Dados**

**Responsável pelo documento:** Legal (CL)

**Abrangência:** Brasil

**Versão:** dezembro/2021

## ATUALIZAÇÃO REGULATÓRIA DE PROTEÇÃO DE DADOS

Dezembro de 2021

### Ataque hacker retira do ar informações de vacinação do ConecteSUS | 10/12/2021



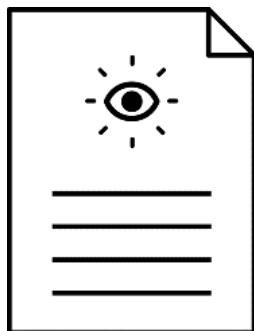
Na última sexta-feira, hackers invadiram o sistema do Ministério da Saúde e excluíram dados de vacinação de milhões de brasileiros.

Além deste ataque, o Ministério tem recebido outras tentativas de invasões, e vem trabalhando para mitigar os riscos do incidente.

Em razão desses eventos, além dos dados vacinais, outras informações estão sendo prejudicadas, como por exemplo, o reporte de óbitos e internações pelas secretarias estaduais.

Para mais informações, acesse: [Aplicativo do ConecteSUS deixa de apresentar vacinas; site está fora do ar | Saúde | G1 \(globo.com\)](#)

### Criminosos vendem dados pessoais de brasileiros por R\$ 200,00 | 03/12/2021



Site disponibiliza dados pessoais de brasileiros em troca de mensalidade de R\$ 200,00. Informações como nome completo, endereço, RG, CPF, nome dos pais e irmãos, renda aproximada, foto, assinatura da CNH e benefícios sociais têm sido oferecidos.

Segundo noticiou a Folha de São Paulo, os dados teriam sido extraídos de sites governamentais, como SUS, Receita Federal e até da empresa privada Boa Vista.

Para mais informações, acesse: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/12/criminosos-vendem-por-r-200-acesso-a-dados-completos-de-milhoes-de-brasileiros.shtml>

### Receta Federal cria plataforma para coletar autorização de titulares de dados | 02/12/2021



A Receita Federal publicou a portaria n. 81, a qual criou a plataforma “Compartilha Receita Federal”, com o intuito de que titulares de dados autorizem que a Receita compartilhe suas informações pessoais e financeiras com terceiros.

Alguns pontos chamaram bastante a atenção de especialistas:

i) a Receita Federal não especifica com quem os dados serão compartilhados, não observando o princípio basilar da transparência. Além disso, a ausência dessa especificação viola o requisito presente na LGPD de que o consentimento deve ser informado;

ii) Na prática, a adesão à plataforma pode se tornar compulsória aos titulares de dados. Imaginemos que um banco ou instituição financeira só decida aprovar um crédito para indivíduo que aceite os termos da “Compartilha Receita Federal”. Tal situação hipotética pode ocorrer no futuro e violaria a disposição da LGPD de que o consentimento deve ser, além de informado, livre.

**Para mais informações, acesse:** <https://capitaldigital.com.br/receita-federal-atropela-anpd-e-decide-liberar-dados-de-contribuintes-no-mercado/>

---

### **Comissão da Câmara dos Deputados realiza seminário para discutir crimes cibernéticos** | 03/12/2021

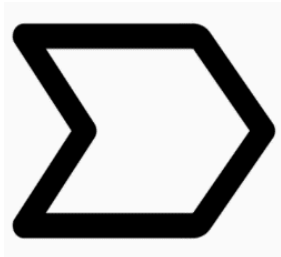


A ANPD participou de seminário junto à Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicações da Câmara dos Deputados para tratar sobre o aumento exponencial de Cyber ataques durante a pandemia. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), golpes realizados pela internet aumentaram cerca de 70% nos últimos dois anos.

**Para mais informações, acesse:** <https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/anpd-participa-de-seminario-que-discute-o-combate-aos-crimes-ciberneticos>

---

### **ANPD lançará cartilha orientativa para as eleições de 2022** | 07/12/2021



A ANPD firmou recentemente acordo de cooperação com o TSE e uma das iniciativas a serem realizadas consiste na elaboração de um guia orientativo a respeito das eleições. O guia trará informações sobre os princípios e conceitos da LGPD no âmbito eleitoral e tem como objetivo educar candidatos, coligações e partidos políticos dentro do contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**Para mais informações, acesse:** <https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/anpd-lancara-guia-de-eleicoes>